

Justiça do Trabalho sob ataque

Os cortes orçamentários na Justiça do Trabalho, aprovados pelo Congresso Nacional, levaram os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região-BA, em Salvador, a realizarem dois atos públicos em maio e em julho, quando a Justiça do Trabalho completou 70 anos de existência. O presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, esteve em ambos, prestando apoio junto a desembargadores, juízes, advoga-

dos, servidores federais e de diversas categorias profissionais, diante dos cortes que sinalizam uma possível extinção do órgão. Faixas em defesa da dignidade nas relações trabalhistas e contra a terceirização, assinadas pelo Sindimed, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam), compuseram o cenário de indignação.

Nas mobilizações, que aconteceram em frente ao Fórum das Varas do Trabalho, no

Enquanto cortes em outros segmentos do Judiciário se aproximam dos 15%, os previstos para a Justiça do Trabalho chegam a mais de 90%



Fotos: Manoel Porto

Francisco Magalhães participou dos atos públicos contra os cortes na Justiça do Trabalho, que ele considera como ataque ideológico

bairro do Comércio, os profissionais demonstraram que a preocupação é proporcional ao tamanho dos cortes, que chegam a 92% nas verbas de investimento e de 32% nas de custeio, em 2016. Mesmo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) tentando impedir a aprovação, encaminhando ao Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido de rejeição dos cortes, este, por sua vez, respondeu, através da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que eles seriam necessários para desestimular a judicialização dos conflitos trabalhistas.

Para o presidente do Sindimed, os cortes são um “ataque ideológico”. Segundo Magalhães, a Justiça do Trabalho é como o ‘pronto-socorro’ dos trabalhadores, que lhe dá assistência nos casos mais extremos, já tendo resguardado garantias dos profissionais de Saúde. Já outros profissionais que expressaram sua indignação durante os atos disseram, segundo o site do TRT5-BA, temer que, no conjunto das restrições ao Judiciário Trabalhista, sejam realizadas alterações na legislação para suprimir direitos, inclusive pela via da terceirização dos postos de trabalho.

Os ataques à Justiça do Trabalho também foram denunciados pela presidente do TRT5-BA, a desembargadora Maria Adna Aguiar, em matéria publicada pelo site JurisBahia: “Estamos chamando a atenção da sociedade para a forma desigual com que a Justiça do Trabalho foi tratada em comparação a outros ramos do Judiciário. Queremos a recomposição do orçamento previsto para 2016 para termos condições de



Os atos em defesa da Justiça do Trabalho contou com a presença de profissionais do judiciário e de outras categorias

trabalhar, de servir à sociedade e contribuir para o equilíbrio social, sobretudo nesse momento de crise”, enfatiza a presidente do órgão.

Para tentar alertar para as ameaças sofridas pelo Judiciário Trabalhista, a Anamatra lançou a campanha nacional “A Justiça do Trabalho é eficiente e deve continuar assim”, a partir da campanha regional encabeçada pela associação de Belém (PA), a Amatra 8. A campanha será difundida por todos os canais de comunicação da associação nacional, bem como das Amatras espalhadas pelas regiões do país. Em cada peça, um objetivo único: conclamar a todos a aderir à luta pela recomposição do orçamento da Justiça do Trabalho.

REDUÇÃO DE CUSTOS OU DE DIREITOS TRABALHISTAS?

Os cortes de verbas para a Justiça do Trabalho estão previstos na Lei Orça-

mentária Anual para 2016 (13.255/2016) aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2015. O texto final traz cortes de gastos em órgãos públicos e programas sociais, com a justificativa de garantir superavit fiscal, e prevê receitas decorrentes da eventual recriação da CPMF.

A Justiça do Trabalho seria uma das mais atingidas com o corte, caso dependesse do relator geral do Orçamento da União de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), hoje ministro interino da Saúde. O parlamentar sustenta que a Justiça do Trabalho é “condescendente com os trabalhadores e que as leis trabalhistas precisam ser modernizadas. Por isso, justificava um corte de 50% das dotações para custeio e de 90% para investimentos”.

Porém, para a Anamatra, de acordo com matéria publicada no site Consultor Jurídico, a medida afrontou a sepa-

ração dos poderes e a autonomia orçamentária do Poder Judiciário, além de ter apresentado desvio de finalidade, uma vez que foi proposta pelo relator do orçamento no Congresso com a justificativa de que os tribunais trabalhistas gozavam de excesso de verbas e prejudicavam as empresas do país com suas decisões.

Segundo a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU), a partir de agosto deste ano, a Justiça do Trabalho não terá mais recursos suficientes para pagamento de despesas correntes. Diante dessa grave realidade, o governo federal editou uma Medida Provisória (MP), publicada em julho, no Diário Oficial, para liberar R\$ 353,7 milhões em crédito extraordinário para suplementar as verbas.

Porém, segundo a presidente da Amatra 5, a juíza do Trabalho Rosi-

meire Fernandes, a medida garantiu apenas recursos que já estavam contingenciados. Para a juíza, a possibilidade dos cortes previstos não se concretizará, mas para isso “é necessária a mobilização da classe trabalhadora e empresarial”. Rosimeire Fernandes ressalta que a Justiça do Trabalho é “patrimônio da sociedade” e, em época de crise econômica, o órgão é ainda mais necessário, já que a ampliação da violação dos direitos é ainda mais real. “A Justiça não é apenas boa para o trabalhador. É importante, também, para o bom empregador, porque impede a prática de concorrência desleal, por isso a sociedade precisa estar atenta”, afirmou.

IMPACTOS

Com o objetivo de reduzir despesas, o TRT5-BA opera em turno único

desde o dia 4 de abril, funcionando das 8h às 15h30, até o dia 19 de dezembro de 2016, com atendimento ao público das 9h às 14h, visando garantir o equilíbrio orçamentário do Regional e a não interrupção da prestação jurisdicional frente a este cenário.

Ainda entre as medidas anunciadas estão a redução de contratos; o adiamento de obras e reformas; a suspensão de projetos que necessitem de investimentos e a limitação de gastos com diárias e passagens, bem como com materiais de consumo.

De acordo com informações do site Consultor Jurídico, as medidas nos TRTs de todo o país incluem, ainda, dispensa de estagiários e uso limitado do ar-condicionado. O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) enfrenta situação mais radical, ameaçando fechar as portas em outubro.



A categoria médica registrou o seu apoio ao TRT5-BA